

O capital financeiro na origem do imperialismo: uma leitura sobre seu uso categorial no debate clássico

Maurício de S. Sabadini¹
Fábio Antonio de Campos²

21

Resumo

O objetivo deste artigo é discutir a categoria capital financeiro, tendo como referência sua utilização no debate clássico do imperialismo. Para isso, revisitaremos autores centrais da interpretação fundante do imperialismo, como Hilferding, Hobson, Bukharin, Rosa Luxemburgo, Kautsky e Lenin, procurando apontar as possibilidades e os limites da utilização desta categoria na apreensão de fenômenos específicos do capitalismo. Ao mesmo tempo, procuraremos também indicar a importância da mediação teórica para uma adequada compreensão das relações concretas do capital financeiro, de modo a historicizar a categoria dentro do contexto socioeconômico da época.

Palavras-chaves: capital financeiro; imperialismo; Hilferding; Hobson; Bukharin; Rosa Luxemburgo; Kautsky e Lenin.

¹ Doutor em Economia pela Universidade Paris 1 Panthéon-Sorbonne, pesquisador do CNPq, professor do Departamento de Economia e do Programa de Pós-Graduação em Política Social (PPGPS) da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).| sabadini.mauricio@gmail.com

² Doutor em Desenvolvimento Econômico pelo Instituto de Economia da UNICAMP, professor e pesquisador do Núcleo Institucional de História Econômica (NIHE), do Centro de Estudos do Desenvolvimento Econômico (CEDE) da mesma instituição. Membro do Instinto Brasileiro Estudos Contemporâneo (IBEC).| fcampos@unicamp.br



Resumen

El propósito de este artículo es discutir la categoría de capital financiero, teniendo como referencia su uso en el debate clásico sobre el imperialismo. Para ello, revisaremos a autores centrales de la interpretación fundacional del imperialismo, como Hilferding, Hobson, Bujarin, Rosa Luxemburg, Kautsky y Lenin, tratando de señalar las posibilidades y límites del uso de esta categoría en la aprehensión de fenómenos específicos del capitalismo. Al mismo tiempo, también buscaremos señalar la importancia de la mediación teórica para una adecuada comprensión de las relaciones concretas del capital financiero, con el fin de historizar la categoría dentro del contexto socioeconómico de la época.

Palabras clave: capital financiero; imperialismo; Hilferding; Hobson; Bukharin; Rosa Luxemburgo; Kautsky y Lenin.

Abstract

The purpose of this article is to discuss the category of finance capital, having as a reference its use in the classic debate on imperialism. For this, we will revisit central authors of the founding interpretation of imperialism, such as Hilferding, Hobson, Bukharin, Rosa Luxemburg, Kautsky and Lenin, trying to point out the possibilities and limits of the use of this category in the apprehension of specific phenomena of capitalism. At the same time, we will also seek to indicate the importance of theoretical mediation for an adequate understanding of the concrete relations of finance capital, in order to historicize the category within the socioeconomic context of the time.

Keywords: financial capital; imperialism; Hilferding; Hobson; Bukharin; Rosa Luxemburgo; Kautsky and Lenin.

Introdução

O objetivo deste artigo é o de apontar algumas interpretações sobre a categoria capital financeiro em autores clássicos, estes que tinham como um dos eixos centrais de análise a compreensão do imperialismo, num determinado contexto histórico de avanço do modo de produção capitalista na busca por novas formas de acumulação. Para isso, apresentaremos o seu surgimento e sua disseminação na literatura marxista, particularmente destacando as obras de Rudolf Hilferding, Rosa Luxemburgo, Karl Johann Kautsky, Nikolai Ivanovich Bukharin e Vladimir Ilyich Ulianov (Lenin). Adicionalmente, devido à sua importância, exporemos também um autor não-marxista, John Atkinson Hobson, e sua influência nas obras que trataram das teorias do imperialismo a partir do século XX. Ao mesmo tempo, complementaremos com outros autores que serão apresentados ao longo



da exposição para que tenhamos noção do uso desta categoria e do avançar das discussões.

Levando em consideração este propósito, alguns questionamentos podem aparecer neste momento inicial de leitura: por que é importante entender de forma apropriada uma categoria como esta, dentre inúmeras outras existentes na literatura científica? Por que também entendê-la em diversos autores, observando suas semelhanças e diferenças, estes que se debruçaram na tentativa de compreender a dinâmica e transformação do modo de produção capitalista em seu tempo histórico? Por que um termo adquire relevância tão grande na compreensão do próprio funcionamento da sociedade capitalista? Por que ela, além de ter sido usada por autores clássicos ao longo do século XX, também nos serve como ferramenta, mesmo que parcial, para desvendar fenômenos que se manifestam intensamente no capitalismo contemporâneo e, portanto, em nosso cotidiano marcado pelo 'fim do mundo'? E, finalmente, por que não apreendê-la de forma adequada pode provocar interpretações insuficientes da configuração do capitalismo em nossa atualidade?

Responder estas e outras perguntas não é algo tão simples de se fazer. De fato, estes questionamentos perpassam, em maior ou menor proporção, por outras categorias que, por questão de escopo deste artigo, não serão aqui discutidas, como o capital a juros (D-D-M-D'-D') e o capital fictício (D-D'), apresentadas por Marx no Livro III de *O capital*, e que guardam, ou podem guardar, relações imbricadas com o capital financeiro. Ou seja, denominações categoriais diversas que nos permitem fazer reflexões sobre a maneira que o capitalismo se organiza e reorganiza na busca de produção e apropriação de excedente sob a forma de mais-valia. Por isso, e é importante que se frise, não pretendemos dar respostas definitivas e acabadas para cada uma das perguntas feitas anteriormente, mas sinalizar para possíveis caminhos e interpretações, indicando e instigando a reflexão crítica que estas temáticas exigem.

Por mais que a discussão perpassasse mais de um século de existência, a compreensão do capital financeiro se reconfigura e ganha contornos importantes e decisivos no século XXI, em que a relação entre o capital financeiro e o imperialismo continua no centro da própria constituição do capitalismo atual, associado a um crescimento desmesurado da especulação financeira, representativa do capital fictício. Daí a importância de se recuperar e melhor compreender determinados fenômenos que, em sua



essência, continuam a ditar rumos e caminhos dos países e de seus povos na economia mundial.

Naturalmente, cada período histórico, com suas particularidades, nos aponta para mudanças e transformações profundas que interferem tanto nas etapas da produção quanto na circulação das mercadorias, no contexto da exportação de capitais. E este é um dos desafios que temos para que, a partir da apropriação teórica de autores clássicos, possamos jogar luzes e pistas sobre a configuração do capitalismo, tanto em seu espaço de acumulação mais avançado, como nos países desenvolvidos, quanto em suas formas mais atrofiadas, como nos países subdesenvolvidos; ou mesmo no jogo das relações internacionais e geopolíticas que eles fazem parte.

A própria discussão envolvendo o imperialismo, como apontaremos ao longo do artigo, como resultado da concentração e centralização do capital que gestaram o capital financeiro, em meio à necessária expansão dos mercados para dar vazão, não só ao excedente de mercadorias, mas também ao acúmulo de capitais, foi um caminho adotado por diversos autores para entender os movimentos do capital em busca de valorização. E, como disse Dobb (1983), se, por um lado, tratamos o modo de produção capitalista a partir de um conjunto homogêneo de elementos, que tem sua base fundada na criação de valor e mais-valia, por outro, não podemos esquecer que este sistema não necessariamente se encontrará em forma pura nos diversos espaços de acumulação e em seus distintos momentos históricos, o que nos exige compreender ainda mais como as categorias se manifestam em suas dinâmicas particulares de acumulação.

Estas sinalizações nos apontam para a manifestação de uma essência central, que é a forma como o modo de produção capitalista vai produzindo e se apropriando da riqueza em um contexto de expansão imperialista mundial, e como seus espaços rurais e urbanos flertam com a dinâmica da acumulação ampliada de riqueza. Categorias como a do capital financeiro podem nos dar pistas para uma melhor compreensão desta inserção historicamente subordinada dos diferentes países no mercado mundial, como a América Latina e, particularmente, o Brasil, numa complexa relação entre o capital produtivo, cada vez mais internacionalizado, e as etapas da circulação de mercadorias e de dinheiro, envolvendo o comércio de mercadorias, o comércio de dinheiro e o sistema de crédito.

Espera-se, portanto, que o conteúdo deste trabalho contribua para mostrar a importância da compreensão da categoria capital financeiro, assim como para esclarecer seus pontos centrais para que possamos utilizá-la de



maneira rigorosa. Sugerimos isso, porque é de se destacar que, tanto na literatura acadêmica quanto na de maior circulação, este termo normalmente é utilizado sem muita precisão teórica, dando margem a muitas interpretações, se não equivocadas, ao menos insuficientes do objeto em análise, podendo comprometer a análise feita em questão.

E não há como tratar da temática do capital financeiro sem dar destaque, mesmo que brevemente, a Rudolf Hilferding, proposta feita já nos dois próximos itens do texto que apontam tanto para o surgimento da categoria, quanto para as possíveis interpretações existentes em sua obra principal. Em seguida, apresentaremos o capital financeiro nas obras de alguns autores clássicos, apontados anteriormente, procurando sempre que possível indicar outros autores contemporâneos que igualmente deram luz às formas do capital financeiro e suas relações imperialistas. E, por fim, algumas considerações finais.

1. O surgimento da categoria e suas controvérsias

Começemos por uma afirmação que pode parecer equivocada para muitos: a categoria capital financeiro foi originalmente construída por Hilferding em seu livro *O capital financeiro*, não se tratando, portanto, de uma construção de Marx em sua obra principal, *O capital*. Mas, quem foi Hilferding? Rudolf Hilferding era médico de formação e viveu entre 1877 e 1941. Intelectual orgânico do Partido Social-Democrata Alemão, foi ministro das finanças na Alemanha durante dois períodos, 1923 e 1929, e com a ascensão de Hitler ao poder ficou exilado em alguns países europeus sendo o último deles a França, onde foi entregue aos nazistas em 1941 pelo governo francês, capitulado aos alemães, sendo este o ano de sua morte (BOTTOMORE, 1985)³.

A importância deste autor, pouco estudado na Economia e nas outras Ciências Sociais, pode estar atrelada ao desenvolvimento de temáticas em sua obra *O capital financeiro*, terminada em 1908 e publicada em 1910, ou seja, poucos anos depois da publicação dos Livros II e III de *O capital*. Se sua obra não recebeu a devida e necessária atenção no meio acadêmico, sua influência sobre autores clássicos não foi pequena. Lenin, Böehm-Bawerk,

³ Adicionalmente, Smaldone (1988) faz uma interessante síntese da trajetória política e intelectual de Hilferding, relacionando-a ao referido Partido Social-Democrata Alemão.



Schumpeter, Sweezy, Marshall, Bukharin e Kautsky são alguns que se pautaram em Hilferding para discutir o que estava acontecendo no capitalismo do século XX, no contexto da expansão imperialista mundial. E após mais de 100 anos de sua publicação, suas ideias permanecem vivas, muitas vezes sem serem percebidas, na literatura acadêmica e fora dela.

Hilferding apresenta em sua obra temáticas variadas como o tratamento do dinheiro e do crédito, sobre as Sociedades Anônimas, sobre a bolsa de valores e os dividendos, lucros de fundador e diferenciais, as crises e o imperialismo, o capital financeiro, dentre outros⁴. Para nos adequarmos ao objetivo principal aqui proposto, trataremos somente da categoria capital financeiro⁵.

Antes de tudo, é preciso qualificar a afirmação anterior de que o termo capital financeiro não existe em Marx, ou seja, ele é originário de Hilferding, termo que, inclusive, dá nome à sua obra. Do ponto de vista semântico, Klagsbrunn (1992, p. 603) nos explica que

[...] na edição de *O capital* da Editora Civilização Brasileira, essa função específica foi traduzida como “capital financeiro”, expressão que pouco tem a ver com a original *Geldhandlungskapital*, tanto em termos literais quanto em conteúdo e que, apresenta o agravante de avançar desenvolvimentos teóricos de outro autor - Hilferding -, que se referem a aspectos mais específicos. A edição brasileira posterior de *O capital*, da Editora Abril Cultural, foi, nesse particular, bem mais precisa e correta. Ao que tudo indica, a origem do erro está na tradução francesa da Editions Sociales, Paris, 1976, (tradução de Mm Cohen-Solal e M. Gilbert Badia), na qual o título do cap. 19 p. 301 aparece como *Le Capital Financier* (Capital Marchant).

De fato, toda a diferença se encontra na tradução do título do capítulo XIX do Livro III de *O capital*, livro este que sabemos não ter sido

⁴ Sobre o lucro de fundador e diferencial, bem como semelhanças e diferenças com os lucros fictícios, ver Sabadini (2015a, 2021).

⁵ Uma discussão desta categoria em Hilferding, associado às temáticas da exportação de capitais e do imperialismo, pode ser encontrada em Campos e Sabadini (2021). Neste, discutimos o nexa imperialista que articula, em um movimento simbiótico, o desenvolvimento do capital financeiro com a exportação de capital, sinalizando que a relação entre o capital financeiro e o imperialismo está no âmago da dinâmica de acumulação do capitalismo contemporâneo.



finalizado pelo próprio autor, mas sim organizado e publicado por Engels em 1894, 27 anos depois do Livro I, este último ainda com Marx vivo. Neste referido capítulo, encontramos traduções distintas feitas em diversas línguas⁶. A nosso ver, e seguindo a indicação acima, a melhor tradução do capítulo XIX do Livro III de *O Capital* trata-se de “O capital de comércio de dinheiro”, capítulo este onde Marx apresenta um novo conjunto de capitalistas, os comerciantes de dinheiro, com funções específicas no ciclo global do capital, funções estas que se reportam a realização de pagamentos bancários, organização de atividades envolvendo os balanços contábeis dos bancos, a guarda do dinheiro, as operações de câmbio, o controle das operações em contas bancárias, dentre outras, que se desenvolvem com a própria expansão do comércio internacional.

Se no Livro I, em que se buscava descobrir a essência da produção de riqueza no modo de produção capitalista, a relação capital-trabalho se dava de forma direta entre capitalista e trabalhador, em um hipotético indivíduo representativo de cada lado, no Livro III os diferentes tipos de capitalistas (industriais, comerciantes de mercadorias, comerciantes de dinheiro, proprietários de terra), executando distintas funções no ciclo geral do capital (D – M – D’), sinalizarão para o surgimento de funções autonomizadas; adicionalmente, a concorrência entre eles se estabelecerá com o intuito de se apropriar da maior fração possível da mais-valia, seja via forma de lucros, juros, renda da terra. Este é o caso, portanto, do referido capítulo XIX, com os capitalistas intermediários de dinheiro, os chamados negociantes de dinheiro, e o surgimento dos bancos.

⁶ Nas publicações em língua francesa da Éditions Sociales (França) e da Nouvelle Frontière (Canadá), traduzidas pelas mesmas pessoas, o referido capítulo foi intitulado como “Le capital financier” (O capital financeiro); em português, as edições da Abril Cultural e da Boitempo constam como “O Capital de comércio de dinheiro”, já a edição Civilização Brasileira, como indicado no texto, sugere “O capital financeiro”. Em espanhol, encontramos traduções diferenciadas: na Siglo Veintiuno Editores foi publicado o título “El capital dedicado ao tráfico de dinero” e em outras edições como “El capital financiero”. Em inglês, notamos uma maior homogeneidade: tanto na International Publishers quanto na Collected Works, a nomenclatura dada foi a de “Money-Dealing Capital”, a nosso ver próximo ao de capital de comércio de dinheiro. Finalmente, a recente publicação dos manuscritos do Livro III, intitulada “Marx’s Economic Manuscript of 1864-1865”, da editora Brill, de 2016, que representa os rascunhos do Livro III que foram organizados e publicados por Engels sob o formato que temos na atualidade, também foi traduzido para o inglês com o título “Money-Dealing Capital”.



Desta forma, se no Livro I de *O capital*, Marx buscou descobrir, em um determinado nível de abstração, categorias centrais para desvendar a natureza da lei geral da acumulação capitalista, como, por exemplo, a mercadoria, o valor, o dinheiro, o capital e a mais-valia, analisando, portanto, o processo de produção, no Livro III, após a indicação, no Livro II, das formas funcionais do capital, estas formas aparecem autonomizadas, num contexto onde, segundo o próprio autor, e agora em outro plano de exposição, “trata-se muito mais de encontrar e expor as formas concretas que surgem *do processo de movimento do capital considerado como um todo*” (MARX, 1984, p. 23). Produção e circulação se encontram agora em uma só unidade, e categorias anteriores se concretizam agora sob formas visíveis, se revelando na aparência: o valor se manifesta sob a forma preço; a mais-valia sob o lucro; a taxa de mais-valia sob a taxa de lucro; a concorrência é exteriorizada; aparecem os juros, cuja origem vem da mais-valia; o crédito é apresentado de forma mais sistemática, apesar de, sob o dinheiro de crédito, já ter sido indicado no capítulo III do Livro I; surge também a renda da terra.

Não é demais reafirmar, que neste contexto de autonomização das formas funcionais do capital, onde cada fração do capital assume funções particulares nas etapas de produção e circulação do capital, aparecerão então capitalistas atuando na produção de mercadorias, no ciclo do capital produtivo, bem como na circulação via comércio de mercadorias (comerciantes) e comércio de dinheiro (comerciantes de dinheiro), além dos proprietários de terra. É de se destacar também que em nenhum momento encontramos neste capítulo XIX alguma definição geral, ou mesmo indicação que sinalize para supostas características conceituais e particulares tal como aparece posteriormente na obra de Hilferding, como veremos logo em seguida.

Ou seja, o capítulo XIX do Livro III, além de apresentar as funções dos comerciantes de dinheiro muito sucintamente indicadas acima, termina com as sinalizações de que as intermediações bancárias realizadas por eles são formadas pelo capital dinheiro depositado pelos capitalistas comerciantes de mercadorias e pelos industriais, sendo que, principalmente, as operações técnicas realizadas pelos bancos são remuneradas sob a forma de lucros advindos da mais-valia, sendo, portanto, um capital que não gera valor e mais-valia. Marx é muito transparente quanto a tal ideia: “É igualmente claro que seu lucro é apenas uma dedução da mais-valia, uma vez que só tem a ver com valores já realizados (mesmo que realizados apenas em forma de títulos de crédito)” (MARX, 1984, p. 242).



Mesmo que na atualidade uma fração do lucro também venha da cobrança de taxas bancárias, fica claro que esta é uma forma autonomizada de capital que desempenha funções primordiais para o ciclo geral, mas que não gera riqueza do ponto de vista da totalidade; ademais, aproveitamos a ocasião para frisar, ao contrário do que possa parecer para muitos, que as categorias mais-valia e lucro, apesar de interdependentes, são distintas. Ou seja, como sugerido anteriormente, em que pese o vínculo entre elas, o nível de abstração encontra-se em estágios distintos, onde a mais-valia aparece sob a forma dissimulada do lucro, ela “recebe a forma transmutada de *lucro*” (MARX, 1984, p. 29).

Portanto, reside aí, na tradução do título do capítulo XIX, o início de todo o imbróglio categorial que se desdobra em possibilidades interpretativas diferenciadas, como veremos logo a seguir. Mas, para além da semântica e das traduções, o mais importante é que existem implicações teóricas distintas na utilização do termo capital financeiro. E é justamente aí que queremos melhor qualificar o debate.

2. Diferentes interpretações sobre o capital financeiro em Hilferding⁷

Um aspecto muito importante quando tratamos do capital financeiro, é que existe uma ambiguidade conceitual na obra de Hilferding, quiçá uma contradição. Identificamos três leituras diferenciadas que dão interpretações díspares para o mesmo termo. Uma delas, que chamamos de “visão tradicional”, e que é a adotada pela ampla maioria dos autores clássicos e contemporâneos, resgata o sentido do termo exatamente como está descrito no próprio livro do autor, qual seja:

A dependência da indústria com relação aos bancos é, portanto, consequência das relações de propriedade. Uma porção cada vez maior do capital da indústria não pertence aos industriais que o aplicam. Dispõem do capital somente mediante o banco, que perante eles representa o proprietário. Por outro lado, o banco deve imobilizar uma parte cada vez maior de seus capitais. Torna-se, assim, em proporções cada vez maiores, um capitalista industrial. Chamo de capital financeiro o capital bancário, portanto o capital em forma de

⁷ Este item foi baseado em Sabadini (2015b). Encontramos também em Lupatini (2017) uma ampla abordagem sobre interpretações do capital financeiro.



dinheiro que, desse modo, é na realidade transformado em capital industrial. Mantém sempre a forma de dinheiro ante os proprietários, é aplicado por eles em forma de capital monetário – de capital rendoso [portador de juros] – e sempre pode ser retirado por eles em forma de dinheiro. Mas, na verdade, a maior parte do capital investido dessa forma nos bancos é transformado em capital industrial, produtivo (meios de produção e força de trabalho) e imobilizado no processo de produção. Uma parte cada vez maior do capital empregado na indústria é capital financeiro, capital à disposição dos bancos e, [empregado] pelos industriais (HILFERDING, 1985, p. 129).

Nos chama a atenção pelo menos dois aspectos centrais nesta citação: um, o caráter de dependência do capital produtivo para com o bancário, ou seja, a indústria torna-se subordinada aos bancos; segundo, a transformação do capital bancário em produtivo, que se associa ao financiamento da produção pelo capital dinheiro depositado nos bancos, seguida do controle monetário pelas instituições bancárias. O contexto deste processo está relacionado a uma mudança na forma de propriedade, já que as Sociedades Anônimas (SA's), caracterizadas pela venda de seus títulos de propriedade, as ações, começam a aparecer mais claramente como forma de organização capitalista, ao lado das tradicionais empresas familiares. Desta forma, este termo, o mais conhecido de Hilferding, indica que “os setores do capital industrial⁸, comercial e bancário, antes separados, encontram-se agora sob a direção comum das altas finanças, na qual estão reunidos, em estreita união pessoal, os senhores da indústria e dos bancos” (*ibid*, p. 283).

Ao mesmo tempo, alguns autores, como Sweezy (1983), por exemplo, adotam uma “visão intermediária” ao considerar esta perspectiva inicial de Hilferding, da fusão dos bancos com a indústria, porém recusando a tese de dominação do capital bancário, admitindo que esta pode se manifestar apenas de forma transitória. Na mesma linha, Lenin (1979), ao tratar do imperialismo, adota os princípios gerais do termo anterior de capital

⁸ Devemos destacar que o termo capital industrial em Marx não é sinônimo de capital produtivo, como parece ser a tradução feita acima, e como costumeiramente, e de forma equivocada, encontramos na literatura especializada. Para Marx, o capital industrial é usado “no sentido de que abarca todo ramo da produção conduzido de modo capitalista” (MARX, 1984, p. 41), ou seja, inclui as duas fases da circulação e a da produção. Nas traduções inglesa e francesa, também constatamos a utilização do termo capital industrial.



financeiro de Hilferding, sugerindo que na fase monopolista do capitalismo, uma das características do imperialismo é a “(...) fusão do capital bancário e do capital industrial, e criação, com base nesse ‘capital financeiro’, de uma oligarquia financeira” (p. 88), que Marx apontou no Livro III como uma nova aristocracia financeira. Lenin, como Sweezy, faz acréscimo ao termo capital financeiro dizendo que “(...) esta definição é incompleta, na medida em que silencia um fato da mais alta importância, a saber, a concentração da produção e do capital, a tal ponto desenvolvida que ela dá e já deu origem ao monopólio” (*ibid*, p. 46).

Num outro extremo, encontramos uma “visão alternativa”, pouco utilizada, mas de leitura mais abrangente da obra de Hilferding. Resumidamente, os autores acreditam que o capital financeiro foi utilizado de maneira superficial, como nas leituras acima, e procuraram associar a concepção de capital financeiro com a transição vivida pelo capitalismo no final do século XIX para um momento posterior onde o predomínio financeiro passou a se verificar. A lógica financeira rompe as barreiras da acumulação, racionalizando a prática gerencial e impondo novos parâmetros na dinâmica da acumulação privada, associado a transformação da forma da riqueza do controle direto da propriedade para os títulos de propriedade via ações, permitindo acesso aos direitos de gestão sobre a produção. Mais importante, e talvez aqui esteja a diferença central, é “(...) a análise do seu movimento principal: a liquefação dos haveres capitalistas – da riqueza privada. Não se trata (...) de uma fusão entre banco e indústria, mas antes de uma combinação dos atributos dos capitais bancário (liquidez) e industrial (valorização)” (PINTO, 1994, p. 75). Dito isso, o enfoque principal do capital financeiro recai sobre a mudança da riqueza da forma produtiva para os títulos negociáveis, incidindo no comumente chamado mercado financeiro o poder de decisões sobre a acumulação capitalista.

Esta leitura também é compartilhada por Guillén que acrescenta, a nosso ver, uma categoria importante em sua análise, o capital fictício, este presente em Marx. Segundo ele, “o capital financeiro é um novo segmento do capital, não o velho capital bancário a serviço da indústria” (GUILLÉN, 2011, p. 4); por isso, insere um significado mais profundo na análise que reflete o fato de que o capital financeiro é o resultado da concentração e centralização de capitais e do surgimento das SA’s e, mais importante, “(...) o controle por parte do capital financeiro da emissão e propriedade do capital fictício, quer dizer aquele capital em forma de ações, debêntures e qualquer



tipo de títulos financeiros que como brilhantemente havia intuído Marx duplica o capital real investido na produção” (*ibid*, p. 49).

Do que vimos até então, dá para intuir que, apesar da definição tradicional ser a mais usada, ser a mais convencional na interpretação do capital financeiro, outras leituras retiraram do trabalho de Hilferding compreensões não tão canônicas, sugerindo leituras mais totalizantes da obra. Independente disso, podemos perceber então que a compreensão do capital financeiro, sem um critério rigoroso de seu conhecimento, pode provocar interpretações diferenciadas e por vezes insuficientes para se entender determinados fenômenos, principalmente ao observarmos as mudanças recentes no capitalismo contemporâneo. Ora podemos associá-los a uma forma de relacionamento estreito entre indústria e bancos, importante em alguns períodos históricos da formação capitalista, que caracteriza boa parte da industrialização dos países periféricos, ora podemos entendê-lo numa concepção mais atrelada aos movimentos financeiros, notadamente via compra e venda de papéis. Dito isso, seu uso, sem a devida qualificação, pode levar a interpretações superficiais, inclusive quanto ao papel político e econômico das estruturas de poder capitalista.

De todas as formas, foi a categoria tradicional, em que se associa a indústria aos bancos, e por eles financiados, é que acabou se consolidando na literatura, tanto nos autores clássicos, quanto nos contemporâneos, como veremos a seguir. Só que existe um lapso histórico importante entre Hilferding, no seu tempo de fim do século XIX ao início do século XX, num contexto de expansão da industrialização na economia mundial, para o tempo atual, cuja dinâmica fictícia do capital adquire no século XXI proporções no mínimo diferenciadas, em que pese que as formas de capital ligadas ao circuito financeiro continuam a movimentar e influenciar diretamente o capital produtivo.

3. O capital financeiro no debate clássico do imperialismo

Talvez uma das aplicações mais conhecidas de capital financeiro de Hilferding (1985) seja a de Lenin (1979), sucintamente apontada anteriormente, que julga ser fundamental para a explicação histórica do imperialismo na fase madura do capitalismo. Mesmo admitindo, para a compreensão do processo de produção e de apropriação do valor no capitalismo, que o nível de abstração seja menor em relação a categorias como o capital a juros e o capital fictício de Marx (Livro III *d'O Capital*, 2017),



o uso em 1916 por Lenin (1979) do termo, bem como sua ampliação na análise do monopólio e do caráter “parasitário” das finanças imperialistas, constitui uma de suas principais bases de sustentação analítica. A categoria se mostrou também para o autor russo como um elemento essencial de persuasão política na construção da Revolução de 1917, em meio a uma guerra mundial em curso⁹.

A apropriação de Lenin (1979) de capital financeiro diz respeito à definição clássica de Hilferding (1985), a visão tradicional sinalizada anteriormente, que seria a combinação entre capital bancário e capital produtivo, cuja dinâmica monopolizadora da concentração da produção impunha o imperialismo como a superestrutura de dominação capitalista na “fase superior”. Nesse sentido, Lenin não apresenta uma teoria nova do capital financeiro, nem mesmo do imperialismo em si. Sua contribuição está, todavia, em fazer uma síntese de formulações anteriores do imperialismo e utilizá-las como um diagnóstico preciso que influenciaria na organização revolucionária contra o capitalismo na Rússia em 1917. Daí esta experiência de articulação entre teoria e prática (*práxis*), a serviço da Revolução Bolchevique, o colocar como um dos mais importantes intérpretes do debate do imperialismo, como apontou o próprio Lukács (2012).

Mesmo antes de surgir a ideia de capital financeiro de Hilferding (1985) em 1910, o livro do inglês Hobson (1981) – *O Estudo do Imperialismo* – de 1902 também subsidiou a obra de Lenin (1979). Embora fosse um autor liberal, defensor do livre-comércio e da suposta “missão democrática” do capitalismo, Hobson trazia estudos pioneiros sobre a combinação entre finanças e indústria que gestaram a categoria de capital monopolista, e que vários autores do século XX, como Baran (1984), Sweezy (1983), Baran e Sweezy (1984) e Magdoff (1972), utilizariam.

Na obra de Hobson (1981), de 1902, ficava evidente sua concepção das finanças no contexto do capitalismo vitoriano inglês, em que identificava a *City* de Londres como o espaço no qual a especulação “parasitária” instrumentalizava o Estado e os negócios industriais para promover investimentos estéreis do ponto de vista do consumo. Essa especulação financeira inviabilizaria o “crescimento saudável” do mercado interno, se projetando ao exterior na forma de recolonização de áreas periféricas, enquadradas militarmente por meio de políticas imperialistas. Hobson (1981)

⁹ Sobre a importância da teoria do imperialismo para a Revolução de 1917 ver Sampaio Jr (2001) e Campos (2019).



entendia, assim, o imperialismo como algo que se conectava com o passado aristocrático inglês, sobretudo o da classe de rentistas agrários, comprometidos a formas autoritárias de condução do poder¹⁰. A natureza “parasitária” das finanças que engendravam politicamente o imperialismo anulava tanto as potencialidades de livre-comércio, quanto o caráter democrático, progressista do capitalismo. Portanto, em síntese, o imperialismo seria exógeno à lógica de reprodução capitalista, em uma chave argumentativa oposta aos autores marxistas, como se fosse originado de maneira independente do próprio modo de produção em consolidação naquele momento histórico.

Mas, mesmo estando ideologicamente numa posição contrária, Lenin (1979) reconhecia na obra de Hobson elementos imprescindíveis para a compreensão do capital financeiro e de seu caráter monopolista, supostamente “silenciados”, segundo ele, por Hilferding (1985). No que tange a questão monopolista, Hobson (1981) advogava que a Revolução Industrial, movida pela expansão tecnológica e creditícia, criava uma estrutura produtiva de grande escala, trustificada, maior que as necessidades internas de consumo, cuja saída econômica para defesa da rentabilidade seria a exportação de capitais. Essa trustificação da economia forçava a reinvenção de formas imperiais de dominação – oriundas desde pelo menos o Império Romano, de modo a garantir uma rentabilidade que comprometia os “avanços civilizatórios”. Ao passo que o “parasitismo” das finanças se definia para o autor pela união de capitalistas industriais e banqueiros em torno de uma política imperialista para mobilizar gastos do Estado, e com isso manter uma fonte direta de lucratividade¹¹. Neste ponto de união entre Estado, industriais e banqueiros no âmbito da realidade britânica, Hobson (1981) mostrou o poder das finanças para articular interesses dispersos em torno de um objetivo único de valorização financeira. Questão essa, que o

¹⁰ Para uma contextualização histórica da obra de Hobson, ver Mariutti (2016).

¹¹ Mariutti (2021, p.18) sublinhou tal ponto na obra de Hobson (1981) da seguinte forma: “o foco no papel conspiratório e nefasto da Elite financeira é um inteligente aprimoramento da antiga crítica dos liberais radicais contra a aristocracia fundiária que, como se sabe, afirmavam que o mercado não pode funcionar adequadamente enquanto poucos concentrarem a propriedade da terra. Hobson percebeu que o desenvolvimento da finança recria esta aristocracia em novas bases: lhe dá mais poder – pois aglutina diversos interesses monopolistas até então desconexos – e, simultaneamente, torna menos visível o seu papel à percepção do público”.



próprio Hilferding, futuramente em sua categoria de capital financeiro, iria explorar sobre a cartelização das economias nacionais, a qual

[...] unifica o poder econômico e eleva assim diretamente sua eficácia política. Ela uniformiza simultaneamente os interesses políticos do capital e faz com que todo o peso da força econômica atue diretamente sobre o poder estatal. Ela une os interesses de todo o capital e se apresenta assim, perante o poder do Estado, de forma muito mais coesa do que o capital industrial disperso da época da livre-concorrência. Ao mesmo tempo, o capital encontra ainda em outras classes da população uma disposição de apoio muito maior (HILFERDING, 1985, p. 318).

Hilferding entendeu igualmente essa noção de unidade do poder financeiro, identificada por Hobson, como uma nova configuração da riqueza acumulada:

[...] pela separação entre a função da propriedade e a direção da produção, como a supõe o sistema de ações, surge a possibilidade e – com a intensificação da renda, por um lado, e o aumento do lucro industrial extra, por outro – a concretização de uma solidarização dos interesses de propriedade. A “riqueza” não é mais diferenciada segundo suas fontes de rendimento e segundo sua origem do lucro ou do rendimento, mas afluí agora da participação em todas as porções em que se divide a mais-valia produzida pela classe operária (*Idem*, 1985, p. 321).

Segundo Hobson (1981), era exatamente esta unidade de interesses das finanças que se aproveitava do protecionismo para criar uma rede de prestamistas, fazendo com que seus investimentos se sobrepusessem aos ganhos com o livre-comércio. A dívida pública se tornava um excelente meio de direcionar poupanças ociosas para áreas lucrativas, tendo o Estado como fiador que, na verdade, significava um instrumento privilegiado de financiar o imperialismo.

Nesse sentido, Hobson (1981) sintetizou a essência do imperialismo como aquela que

[...] está no desejo de poderosos e círculos industriais e financeiros bem organizados de assegurar e potencializar, a expensas dos fundos públicos e usando das forças armadas do



país, mercados privados para seus excedentes de bens e de capitais. A guerra, o militarismo e uma “política exterior enérgica” são os meios que se precisam para conseguir este resultado (HOBSON, 1981, p. 116, *tradução livre*).

A organização de um governo democrático e imbuído de verdadeiros “interesses públicos”, capazes de controlar as finanças, distribuir renda e alavancar o consumo produtivo, seria então, a única saída, segundo o inglês, para extirpar o imperialismo e fortalecer a essência liberal do capitalismo. De forte crítica moral ao imperialismo, e até mesmo com fundo cristão, observamos, dessa maneira – à revelia ideológica do Hilferding de 1910 e de Lenin, o reformismo de Hobson como precursor da socialdemocracia e do keynesianismo, amplamente defendidos no século XX em oposição ao socialismo.

Ao mesmo tempo, antes do livro de 1902, na obra: *A Evolução do capitalismo moderno* de 1894, Hobson (1983) trazia uma importante contribuição para entender como que nas grandes corporações estadunidenses se utilizavam do domínio monopolista para internalizar uma gestão estratégica entre lucros industriais de bens tangíveis e lucros especulativos de intangíveis, antecipando, até certo ponto, algumas noções que seriam associadas à categoria de capital financeiro de Hilferding:

Nas empresas honestas de capital acionário, embora a forma de capitalização seja atribuir um valor separado aos ativos tangíveis — terra, edifícios, maquinaria, estoques etc. — e aos ativos intangíveis, como direitos de patentes e reputação, a avaliação real dos ativos fundamenta-se na capacidade de lucro. Se, como acontece frequentemente, os ativos tangíveis são avaliados pelo custo de produção ou de substituição, os ativos intangíveis só podem ser avaliados por sua produtividade líquida, que, por sua vez, só pode ser estimada atribuindo-se a eles todo o valor do capital dos ganhos estimados futuros, além daquele que é designado como custo ou substituição dos ativos tangíveis. A reputação no mercado é, de fato, o ativo elástico comumente usado para estender a capitalização até o limite da capacidade de lucro capitalizada ou além deste (HOBSON, 1983, p. 181).

Como vimos anteriormente, autores da “visão alternativa” de Hilferding, como Pinto (1994) e Guillén (2011), reconheceram nesse tipo de



gestão financeira uma característica atual para explicar a “financeirização”¹². Mas Hobson, diferente de Hilferding, identificou nas finanças um caráter mais independente e autônomo internacionalmente, que antecipava momentos contemporâneos do capitalismo, como aqueles que se viu após a Segunda Guerra Mundial¹³:

Os trustes e outras empresas manufactureiras que destinam sua produção exclusivamente ao mercado interno não só exigem com mais premência mercados estrangeiros, como também se mostram mais ansiosos de assegurar mercados protegidos, objetivo que só podem alcançar com a expansão de sua área de dominação política (HOBSON, 1983, p. 193). [...] Essa cosmopolitização das finanças é um resultado, natural e normal, da comunicação material e moral aperfeiçoada entre os vários países do globo. Mas, em larga medida, ela provém de uma restrição de mercados internos, que deve ser qualificada de artificial, no sentido de que os trustes, os *pools* e outras combinações industriais e financeiras, ao retirar do produto agregado uma quantidade maior de “lucro” do que podem empregar, para a obtenção de lucros posteriores nesses ou em outros investimentos internos, são levados a olhar sempre para mais longe e a utilizar toda sua influência financeira e política para desenvolver mercados estrangeiros por meios, pacíficos ou violentos, que melhor sirvam a seus objetivos. Em cada caso, o financista é o instrumento ou veículo dessa pressão: uma torrente cada vez mais volumosa de poupanças de investidores transfere-se continuamente para o sistema bancário e financeiro que ele controla; para manter seu fluxo, com o máximo de ganho, o financista deve achar ou engendrar novos investimentos (HOBSON, 1983, p. 194).

Dessa forma, Lenin (1979) encontrava em Hobson seu ponto de apoio para analisar o capitalismo monopolista, e em vários momentos enfatizara

¹² Pensada para o capitalismo contemporâneo, outros autores como Tavares e Belluzzo (2009) e Chesnais (1996) também utilizaram desta reflexão para entender a “financeirização” e/ou a “mundialização” das grandes corporações.

¹³ Essa noção internacionalizante das finanças está também na obra de 1902 de Hobson (1981), o que levou a alguns intérpretes de Lenin, como: Brewer (2000), Callinicos (2009), Harvey (2013) e Kemp (1972), a defenderem que a sua teoria do imperialismo está mais alinhada com o autor inglês que com Hilferding, que analisou o capital financeiro a partir de uma base nacional, notadamente alemã.



sua vantagem em relação a Hilferding. Nos *Cadernos do Imperialismo* de 1915, por exemplo, Lenin (1986) apontava vários problemas de Hilferding, tais como: i) o erro teórico sobre o dinheiro; ii) a negligência com a divisão do mundo pelo imperialismo; iii) além de ignorar o caráter “parasitário” e o “oportunismo” do capital financeiro. Embora de fato Hilferding não tenha dado a semelhante ênfase a estes pontos, especialmente à temática do monopólio, a verdade é que ele teorizava sobre o mesmo repertório de questões que o do Lenin. No capítulo 11 de *O Capital Financeiro: “Os monopólios capitalistas e os bancos”*¹⁴, por exemplo, Hilferding (1985, p. 217) dedicou-se a analisar o cartel ou truste como sendo “uma empresa de grande poder de capital. Nas relações mútuas de dependência entre empresas capitalistas, é sobretudo a força do capital que decide qual empresa cai na dependência de outra”. Com isso, o autor austríaco deixou explícita a relação dos bancos com os monopólios, e o poder que emanava de sua associação com a indústria, forjando o capital financeiro na famosa citação que vimos anteriormente (também no capítulo 11 de sua obra).

Entre Hilferding em 1910 e Lenin em 1916, existem mais duas obras fundamentais para o debate clássico do imperialismo. Em *A Economia mundial e o Imperialismo*, escrita em 1915, por Bukharin (1984), o capital financeiro é central; ao passo que para Rosa Luxemburgo (1985), em *A Acumulação do Capital* de 1913, o termo não aparece. Ao identificar diversas limitações teóricas no modo como Rosa Luxemburgo se apropriou e criticou Marx, o próprio Bukharin, defendendo a contribuição de Hilferding, iria escrever uma obra em 1924 – *Imperialismo e Acumulação de Capital* – para criticar a teoria de imperialismo da autora polonesa. Uma das hipóteses de Bukharin (1972), sobre as inúmeras limitações teóricas que ele identificou em Rosa, estava justamente a de não apresentar o termo de capital financeiro e sua relação com os monopólios, prescindindo das contribuições de Hilferding e Hobson, respectivamente.

Ao preferir construir sua teoria com base na necessidade de realização externa da mais-valia, em regiões não capitalistas, para Bukharin (1972), Rosa simplesmente ignorou a dinâmica expansiva dos cartéis e trustes, inclusive, a internacional, pela exportação de capital, que se daria no acirramento da concorrência intercapitalista pela busca do “lucro extra”¹⁵.

¹⁴ Questão enfatizada por Lupatini (2015).

¹⁵ A mais-valia extra foi apresentada, brevemente, no capítulo X do Livro I de *O capital*, sendo que no capítulo X do Livro III, “Equalização da taxa geral de lucro por



Com isso, ela definiria “equivocadamente” imperialismo como “expressão política da acumulação de capital na sua luta concorrencial por aquilo que resta ainda do meio não capitalista” (LUXEMBURGO In: BUKHARIN, 1972, p. 312). Em sua crítica, Bukharin argumentou:

Primeiro, o capital lutou sempre por “aquilo que ainda resta” (aliás uma expressão mais do que imprecisa). Segundo, infere-se desta definição que uma luta por territórios que já se tornaram capitalistas não é imperialismo, conclusão totalmente incorreta. Terceiro, infere-se desta mesma definição que uma luta por territórios já “ocupados” também não é imperialismo. Mais uma vez, este fator da definição está totalmente incorreto. Toda a definição enferma do erro fundamental de, ao analisar o problema, não ter minimamente em conta a necessidade de uma caracterização específica do capital como o *capital financeiro* (BUKHARIN, 1972, p.312; grifos do autor).

Outra crítica de Bukharin (1972) foi que exatamente por não utilizar a categoria de capital financeiro – que teria na relação dos bancos com as condições de produção monopolista uma dimensão imprescindível, Rosa não conseguiu delimitar a especificidade histórica do imperialismo, ficando presa à fase colonialista de acumulação primitiva de capital, principalmente à experiência ibérica do século XVI, ou abstratamente, ao “capitalismo enquanto tal”. E, assim, o autor russo concluiu que “a moderna expansão capitalista difere da anterior pelo fato de *reproduzir o novo tipo histórico das condições de produção a um nível alargado* [ampliado], *i.e., o tipo das condições do capitalismo financeiro*. É nisto que reside a característica essa de que Rosa Luxemburgo se não apercebeu minimamente” (BUKHARIN, 1972, p. 317; grifos do autor)¹⁶.

meio da concorrência. Preços de mercado e valores de mercado. Lucro extra”, Marx (2017) aponta para o lucro extra como forma de manifestação mais concreta. Para maiores detalhes, consultar: Carcanholo (2013), capítulo 5.

¹⁶ No entanto, contradizendo Bukharin (1972), uma contribuição importante de Rosa Luxemburgo (1985) foi o papel que o militarismo, por meio de uma economia de guerra inédita, assumiu no capitalismo plenamente constituído. Ao mostrar como essencial para reprodução no centro do sistema, o controle de reservas de força de trabalho, natureza e matéria-prima, Rosa revelou como o militarismo e sua articulação estatal, poderia ser ao mesmo tempo um meio para a valorização capitalista, e um fim em si mesmo, ao mover negócios extremamente lucrativos em momento de guerra e de paz via corrida armamentista. Tal característica, que revela a



Ainda que seja pertinente essa crítica de Bukharin, a ausência de capital financeiro e de monopólio na obra de Rosa Luxemburgo não significa que a sua teoria de imperialismo seja descartável. Pelo contrário, pois, distante do espaço extremamente economicista de disputa no limiar do século XX, principalmente em torno da “II Internacional”, em que a obsessão pelos “esquemas de reprodução” para explicar a realidade consumiu muita energia, inclusive dela própria, é possível constatar a relevância do seu legado. Sem o intuito de fugir do tema deste artigo, é necessário afirmar, contudo, que o entendimento do modo de produção capitalista como uma totalidade, cujo caráter expansivo tem como objetivo abarcar, dominar e expropriar, de forma imperialista, qualquer órbita de existência que não seja a sua própria, e, ao mesmo tempo, converter violentamente seres humanos e natureza em um eixo mercantil de exploração e destruição, é um atributo atual que tem na explicação de Rosa Luxemburgo (1985) uma enorme relevância¹⁷.

Outra ponderação a se fazer neste debate entre Bukharin e Rosa, sobre a utilização do capital financeiro na teoria do imperialismo, são as condições sociopolíticas extremamente assimétricas entre eles¹⁸. Quando as questões do imperialismo lhe tornaram inquietantes em 1912, Rosa estava nas trincheiras de luta contra o revisionismo e a necessidade de alertar para o perigo crescente do capitalismo vindo da Segunda Revolução Industrial. A publicação em 1913 de *Acumulação do Capital* gerou um grande alvoroço no Partido Social-Democrata da Alemanha (SPD), que em 1914 votou os créditos de guerra. O *Anticrítica* de 1915, que já era uma resposta aos ataques do livro de 1913, mas que Bukharin (1972) também vai criticar em 1924, foi escrito na prisão por Rosa e só publicado em 1921, lembrando que ela foi assassinada em 1919. Muito dos críticos do livro de 1913, eram, portanto, os mesmos apoiadores dos créditos de guerra, o que permitia a Rosa reafirmar suas convicções teóricas e práticas sobre o imperialismo. Bukharin, por sua vez, estava no apogeu de porta-voz teórico do bolchevismo, em que suas palavras – quando escreveu *Imperialismo e*

natureza anti-civilizatória do capitalismo em sua violência intrínseca, não constituiu, como mostrou Mariutti (2016), um atavismo da acumulação primitiva de capital, mas, particularmente, um elemento endogenamente desenvolvido somente na “fase superior” do imperialismo.

¹⁷ Esse enfoque à obra de Rosa Luxemburgo pode ser constatado em Lukács (2003; 2012) e em Mariutti (2016).

¹⁸ Tal reflexão é possível encontrar em Tarbuck (1972).



Acumulação de Capital em 1924 para criticar a autora polonesa – tinham um enorme peso no movimento comunista internacional. Havia naquele contexto um clima de oposição ao “luxemburguismo” no KPD (Partido Comunista Alemão), que era considerado pelos dirigentes como um “desvio à direita”. Mas é bom frisar também que Bukharin, mesmo chancelando esta posição dominante do KPD, não atacava a integridade de Rosa, tampouco relativizava sua importância no debate do imperialismo.

Além de Luxemburgo, outro importante autor a ser criticado por Bukharin e Lenin seria o Kautsky, cuja disputa do termo capital financeiro também estava na arena dos embates. Kautsky (2021a) já em 1911 escreveu um artigo – *Capital Financeiro e Crises* – em que teceu inúmeros elogios à obra de Hilferding, na mesma linha de “a continuação” do livro *O Capital* de Marx. Com isso, destacava a descoberta inovadora do autor austríaco do conceito de “lucro do fundador” e as formas de socialização da produção e da apropriação da mais-valia que levavam ao capital financeiro. No entanto, o autor tcheco-austríaco deixava de sublinhar a outra importante contribuição de Hilferding que se dava exatamente pelas implicações do capital financeiro para o desenvolvimento do imperialismo, preferindo destacar mais a teoria de crises sobre as desproporcionalidades departamentais da reprodução capitalista. Em 1914, no artigo: *Imperialismo e a Guerra*, Kautsky (2008) derivou sua teoria não do capital financeiro, mas da relação entre a indústria e a agricultura. Que em linhas gerais, significava que a indústria crescia, acumulava e se desenvolvia mais que a agricultura, poupando trabalho em termos relativos (aumento de progresso técnico)¹⁹. O

¹⁹ Ao exprimir o pensamento de Kautsky, Pereira (2017, p. 69) mostrou nesta questão que “a produtividade do trabalhador da indústria cresce muito mais rapidamente que a do trabalhador agrícola, o que provoca fortes oscilações nos preços relativos dos dois setores. Torna-se então essencial à continuidade do processo de acumulação capitalista que a indústria continue garantindo empregos a uma população crescente, o que só seria possível a partir do momento em que prossiga encontrando novos mercados agrícolas para além das fronteiras distritais, expandindo assim, extensivamente, tanto o consumo dos produtos industriais quanto a oferta de produtos primários, ambos garantidos pelas zonas rurais. É nesse raciocínio que se enquadra a onda imperialista e, por extensão, a divisão do mundo entre áreas industriais e agrárias, ou, produtoras de bens de produção e de bens de consumo. Se a desproporção setorial é marca registrada da produção em bases capitalistas, as nações industrializadas precisariam expandir constantemente as áreas agrícolas com o intuito de garantirem certa compensação contra a perda da proporcionalidade produtiva e populacional setoriais. A sobrevivência do capitalismo estaria



imperialismo seria uma resposta, segundo o autor, a tal diferença de níveis de acumulação entre a indústria e a agricultura. Isso porque a ruptura da condição de monopólio industrial inglês em seu livre-comércio diante da industrialização pesada de economias anteriormente agrárias – aliás, impulsionadas pela própria exportação de capital britânico via ferrovias e utilidades públicas –, fomentaram a consolidação de concorrentes com economias industriais semelhantes, tal como a Alemanha e os EUA. Esses capitalismo tardios, por outro lado, teriam que colonizar novas periferias agrícolas, para o suprimento de alimentos e matérias-primas na reprodução industrial, ampliando a dominação imperialista em curso.

A Primeira Guerra Mundial seria esta relação levada ao paroxismo, em que Kautsky identificava o imperialismo como algo ruim para os negócios capitalistas, tal como Hobson: “se o aumento da produção armamentícia continuar a fazer suas demandas no mercado financeiro, essa tendência deve piorar – e não melhorar – depois da guerra. O imperialismo está cavando sua própria cova, pois ao invés de desenvolver o capitalismo, vem se tornando um meio de obstaculizá-lo” (KAUTSKY, 2008, p. 77). A tese do superimperialismo de Kautsky (2008), que também está em outro artigo de 1914: *Ultraimperialismo* (KAUTSKY, 2021b), decorria deste diagnóstico, visto que a cooperação entre nações imperialistas poderia levar a um fim da corrida armamentista: “a violenta competição entre as grandes empresas leva à formação de trustes e à destruição das pequenas empresas. Analogamente, pode-se desenvolver na presente guerra uma combinação entre as nações mais poderosas que porá um fim à produção competitiva de armamentos” (KAUTSKY, 2008, p. 77). E, concluiu que a transição econômica da economia trustificada, belicosa, poderia originar uma política internacional pacifista que garantiria a acumulação capitalista por meio do superimperialismo.

Ao criticar Kautsky, Bukharin (1972)²⁰ o igualou no mesmo “equivoco” de Rosa Luxemburgo, ou seja, o de não assumir as consequências imperialistas do capital financeiro em sua radicalidade²¹:

condicionada à expansão extensiva e crescente do capital por sobre novas zonas agrárias”.

²⁰ O debate entre Bukharin e Kautsky, sobre as teorias do imperialismo, também pode ser visto em Pereira (2017).

²¹ Essa diferenciação também pode ser observada, como Fontes (2008, p. 81-2) apontou, nas distintas concepções entre Kautsky e Lenin para o imperialismo: “A diferença mais expressiva entre Lenin e Kautsky reside no fato de que este último



Segundo Kautsky, o imperialismo é a luta por territórios agrícolas adicionais (apesar de Kautsky encarar os territórios agrícolas quase exclusivamente como fornecedores de matérias-primas). Kautsky, tal como Rosa, é incapaz de se aperceber de que a luta das grandes organizações capitalistas *monopolistas* não se pode limitar apenas a este objetivo. O efeito destrutivo das operações imperialistas não se estende apenas às “terceiras pessoas” servis, estende-se também aos territórios capitalistas e até aos territórios estrangeiros sob o domínio do capital financeiro. A luta transformou-se, de uma mera luta pela distribuição de países agrícolas, numa luta pela *divisão do mundo* (BUKHARIN, 1972, p. 314; grifos do autor).

Uma interessante contribuição de Bukharin (1984) que partiu da rivalidade imperialista – contra a ideia de “superimperialismo” – foi a “nacionalização do imperialismo”. Para ele, historicamente os bancos começaram uma internacionalização primitiva pela troca mercantil, mas, só na fase imperialista, assumiram uma forma avançada, que se deu pelo truste, permitindo a um só tempo a internacionalização bancária e sua interpenetração industrial por meio do financiamento. Dessa relação, nasceram consórcios bancários internacionais que constituíram uma plataforma para o surgimento do capital financeiro, promovendo o financiamento de vasta rede de negócios internacionais, além de exportar capitais para outros continentes, construir estradas de ferro, ofertar empréstimos governamentais, desenvolver transportes urbanos e fábrica de armas, minas de ouro e plantações de borracha. Em síntese:

analisa a expansão capitalista de um ponto de vista estritamente econômico, considerando existir uma permanente escassez de terras e de bens agrários para o capital industrial. O imperialismo, para ele, seria sobretudo o impulso industrial a ocupar terras. Por essa razão, aborda o imperialismo como uma forma política, recoberta eventualmente de cunho militar, que poderia ser transitório. Lastreado numa segmentação entre economia (acumulação do capital) e política (incluindo a ocupação militar de territórios), considerava que o imperialismo prejudicaria, a curto e médio prazos, a acumulação de capital. A concepção de Lenin é distinta. Para ele, o imperialismo não poderia ser reduzido a um único aspecto, econômico ou político, mas remetia ao conjunto da vida social, uma vez que expressava uma nova dimensão na própria dinâmica capitalista. O nível de concentração atingido, expresso na monopolização e no capital financeiro (fusão entre capitais de procedência industrial e de procedência bancária), configurava um novo patamar histórico, uma mudança qualitativa no capitalismo até então existente”.



Essa concentração e centralização verticais da produção, contrariamente à concentração e centralização horizontais realizadas em certos ramos da produção, significam, de um lado, redução da divisão social do trabalho (pois fundem, em uma única empresa, o trabalho antes repartido entre várias), e de outro, estimulam a divisão social do trabalho no contexto da nova unidade de produção. Considerado na escala nacional em uma única empresa combinada, por meio de um vínculo de organização que entrelaça a totalidade dos ramos da produção. O mesmo processo opera-se ainda em larga medida, pela penetração do capital bancário na indústria e pela transformação do capital em capital financeiro (BUKHARIN, 1984, pp. 63-4).

Ademais, Bukharin (1984) mostrou como as empresas estatais eram manipuladas e dependentes dos “magnatas das finanças”, tornando-se parte de uma “gigantesca empresa combinada”, cuja escala nacional, o Estado capitalista, seria subsumido pelo capital monopolista. Em suma, a “internacionalização” do capital financeiro dependia da “nacionalização” dos blocos de interesses monopolistas, que refletiam a guerra imperialista na forma de rivalidades nacionais incontrolláveis politicamente, as quais Kautsky, mesmo de origem marxista, não entendeu, segundo o autor russo. Não por outra razão, que no prefácio de Lenin para a obra de Bukharin (1984), escrito em dezembro de 1915 (apenas publicado em 1927, depois de sua morte), a centralidade do capital financeiro também foi destacada nesses termos:

Ora, a certo grau de desenvolvimento das trocas e a certo nível de crescimento da grande produção – alcançados, aproximadamente, no limiar do século XX –, o movimento comercial determina a internacionalização das relações econômicas e certa internacionalização do capital; a grande produção assume proporções tais que a conduzem a substituir a livre concorrência pelos monopólios. O típico dessa época já não são empresas que se entregam a uma “livre” concorrência, no interior de cada país e também entre diferentes países: são sindicatos de empresários, trustes detentores de monopólios. O “soberano” de hoje já é o capital financeiro, particularmente móvel e flexível, cujos fios se emaranham tanto no interior de cada país como no plano internacional, que é anônimo e não tem vínculo direto com a produção, que se concentra com uma



facilidade extraordinária – e que já é extremamente concentrado, visto que algumas centenas de multimilionários e de milionários detêm positivamente, em suas mãos, a sorte atual do mundo inteiro (LENIN In: BUKHARIN, 1984, pp. 10-1).

Será justamente desse argumento, apropriado do capital financeiro, que tanto Bukharin quanto Lenin se inseriram no debate clássico do imperialismo criticando qualquer crença política ou pacifista de domesticar o ímpeto imperialista que levava à barbárie. Por isso também, seria usada por Lenin (1979) a noção de “putrefação” das bases civilizacionais do capitalismo, em que o horizonte nesta “fase superior” só poderia ser sua superação pela revolução. O curioso é que o próprio Hilferding, que chegou a esta conclusão²², antes mesmo de Bukharin e Lenin, politicamente se converteria em 1914 à ala centrista do SPD ao lado de Kautsky, defendendo o primado do desenvolvimento das forças produtivas, das conquistas democráticas e da utopia de uma transição pacífica para o socialismo, a partir do “capitalismo organizado”²³. Chegando ao ponto, inclusive, de tornar-se ministro das finanças na “República de Weimar” nos anos 1920, como vimos no início deste artigo (BOTTOMORE, 1985).

Como líder do partido bolchevique, Lenin estava no campo oposto de Hilferding, de forma a conseguir em 1917 um retrato verossímil do imperialismo, capaz de penetrar intensamente nas políticas vanguardistas que levariam à dissolução do capitalismo russo. Com certeza, parte da construção de sua teoria revolucionária se deve também à apropriação da categoria de capital financeiro. Os monopólios, segundo o autor russo, nasceram da concentração da produção em função do livre-comércio inglês, mas, igualmente do protecionismo alemão e estadunidense. Desenvolveram-

²² Hilferding era enfático sobre esta questão política, visto que finalizou sua obra da seguinte forma: “o capital financeiro na sua perfeição significa o mais alto grau de poder econômico nas mãos da oligarquia capitalista. Ele leva à perfeição a ditadura dos magnatas capitalistas. Simultaneamente, a ditadura dos donos nacionais do capital de um país torna-se cada vez mais incompatível com os interesses capitalistas de outro, e a dominação do capital dentro do país é cada vez mais inconciliável com os interesses dos explorados pelo capital financeiro – mas também com as massas populares chamadas para a luta. No choque violento dos interesses opostos, a ditadura dos magnatas do capital transforma-se finalmente na ditadura do proletariado” (Hilferding, 1985, p. 346).

²³ Sobre o “capitalismo organizado”, ver Hilferding (2002a e 2002b) e Smaldone (1988). Para uma contextualização do debate sobre o capitalismo organizado, ver Altvater (1987).



se por meio do crédito, gestando a oligarquia financeira, responsável pela junção de bancos e indústrias na forma de capital financeiro que resultou em crescente cartelização das economias nacionais. Também criaram, segundo Lenin (1979), uma política colonial com o objetivo de controle de matéria-prima e de delimitação de áreas de influências para a exportação de mercadorias e de capitais. A consequência foi, por um lado, a criação de uma “burguesia parasitária” que utilizava do Estado como máquina rentista de “corte de cupões” via reciclagem da dívida pública. Por outro lado, o capital financeiro e a monopolização da economia também foram responsáveis por “aburguesar a classe trabalhadora”, lhe confinando a um nacionalismo que colocou proletários matando uns contra os outros numa guerra imperialista. A conclusão do autor russo seria que o capitalismo se encontrava, dessa maneira, num “estágio agonizante”, propício a ser eliminado.

Finalmente, a seguinte citação revela como a partir de uma determinada apreensão do capital financeiro, Lenin delimitou uma política objetiva contra o imperialismo em nome da revolução:

Que significa então a palavra “entrelaçamento”? Exprime unicamente o traço que mais salta aos olhos do processo [...]. Mostra que o observador conta as árvores e não vê a floresta. Que copia servilmente o que é exterior, o aparente, o acidental, o caótico; indica que o observador é um homem esmagado pelos materiais em bruto e que não compreende nada do seu sentido e significação. “Entrelaçam-se acidentalmente” a posse de ações, as relações entre os proprietários particulares. Mas o que constitui o fundo desse entrelaçamento, o que se encontra por detrás dele, são as relações sociais de produção que mudam continuamente. Quando uma grande empresa se transforma em empresa gigante e organiza sistematicamente, apoiando-se num cálculo exato numa grande massa de dados, o abastecimento de 2/3 ou 3/4 das matérias-primas necessárias a uma população de várias dezenas de milhões; quando se organiza sistematicamente o transporte dessas matérias-primas para os pontos de produção mais cômodos, que se encontram por vezes separados por centenas e milhares de quilômetros; quando, a partir de um centro, se dirige a transformação sucessiva do material, em todas as suas diversas fases, até obter as numerosas espécies de produtos manufaturados; quando a distribuição desses produtos se efetua segundo um plano único a dezenas e centenas de



milhões de consumidores (venda de petróleo na América e na Alemanha pelo truste do petróleo americano), então percebe-se com evidência que nos encontramos face uma socialização da produção, e não perante um simples “entrelaçamento”, percebe-se que as relações de economia e de propriedade privadas constituem um invólucro que já não corresponde ao conteúdo, que esse invólucro deve inevitavelmente decompor-se e, se a sua supressão for adiada artificialmente, que pode permanecer em estado de decomposição durante um período relativamente longo (no pior dos casos, se a cura do tumor oportunista se prolongar demasiado), mas que, de qualquer modo, será inelutavelmente suprimida (LENIN, 1979, p. 126).

Considerações finais

Tendo por pressuposto todas as indicações feitas anteriormente, e acreditando ser desnecessário repeti-las neste espaço final, uma primeira indicação que devemos ter em mente é a compreensão da importância da mediação histórica e teórica que a categoria capital financeiro exige, o que torna nossa tarefa de entendê-la, identificá-la e contextualizá-la em nosso tempo, algo ainda mais difícil. Hilferding e os demais autores clássicos construíram o capital financeiro observando uma lógica da acumulação capitalista que se projetava nas transformações da grande indústria em fins do século XIX e início do século XX, em pleno processo tardio de industrialização pesada de economias como a dos Estados Unidos, da França e da Alemanha. Daí, a participação direta e efetiva, por exemplo, de bancos de investimento na concessão de crédito de capital para o financiamento industrial em alguns países e a relação umbilical entre estas formas de capital num contexto de expansão industrial. Eram os fornos, os trilhos, as chaminés, a dor e o suor se exalando no mundo.

Se, nesse período, o capitalismo já expressava amadurecimento de suas forças produtivas e de suas relações de produção nos países desenvolvidos da Europa Ocidental, nos países subdesenvolvidos, particularmente na América Latina e, em especial, o Brasil, o capitalismo iria se manifestar em sua forma mais amadurecida, via grande indústria e a reprodução ampliada do capital, somente no desenrolar do século XX. Não é demais lembrar que em nosso país tínhamos oficialmente, até fins do século XIX, escravos na produção nacional. Estas particularidades já nos sugerem



especificidades, estruturas capitalistas ou pré-capitalistas em estágios de maturação diferentes entre si, e que nos alertam para o uso que o termo capital financeiro deve ser empregado em cada dinâmica econômica e social de um país.

Em segundo lugar, face às possíveis interpretações existentes sobre o capital financeiro demonstradas ao longo do artigo, sugerimos que o seu uso deve ser definido *a priori* antes de ser utilizado, levando em consideração suas diversas definições, suas inúmeras características, lembrando que ele surge em meio a formação do modo de produção capitalista e que pode ou não ser reproduzido totalmente na atualidade. Daí, utilizá-lo em nosso tempo requer esta compreensão geral de seus limites e potencialidades, mas podendo servir, a nosso ver, como uma espécie de elo entre o pensamento de Marx e a realidade concreta do limiar do século XX em diante. E não é demais repetir: tudo isso fazendo as devidas e necessárias mediações históricas e teóricas.

Neste sentido, sua utilização para a compreensão da realidade do capitalismo atual nos sugere desafios e intermediações que, dependendo da forma e das definições estabelecidas anteriormente, podem, ou não, limitar seu uso para o entendimento das transformações recentes. Afinal, como sabemos, se uma característica marcante do capitalismo é revolucionar constantemente suas forças produtivas, inovando, transformando, modificando intensamente todo o seu entorno, quer seja ele produtivo, de gestão, de organização, de comercialização, ele só faz isso porque busca produzir incessantemente riqueza sob a forma de mais-valia.

Finalmente, procuramos aqui indicar algumas concepções teóricas acerca do capital financeiro que podem contribuir para as discussões envolvendo a temática do imperialismo ao longo do século XX e que se propaga no século XXI. Percebemos como esta categoria adquire centralidade na interpretação das transformações anteriores e recentes do modo de produção capitalista, sendo importante apreendê-la em suas possíveis leituras para que, com isso, não se faça análises insuficientes e/ou preliminares de fenômenos a serem investigados, bem como para que possamos compreendê-lo em sua totalidade a fim de superá-lo.

Daí, a necessidade e a estratégia de apontarmos algumas diferenças entre os autores, que perfazem não só o debate acadêmico, conceitual, mas, sobretudo, com o intuito de servir de ferramenta para a compreensão da dinâmica capitalista atual, em seu processo recente de formação histórica, cuja acumulação vai assumindo formas, e quiçá conteúdos, que intensificam



as contradições entre a produção e a apropriação da riqueza. A partir de fins do século XX e ao longo do século XXI, percebemos a ampliação da dinâmica especulativa do capital, em sua forma exponencial via crescimento do capital fictício, a partir do aumento das diversas transações financeiras, permeadas, ao mesmo tempo, pela interferência direta nos processos de trabalho das unidades produtivas, intensificando-os, e expressando a sua contradição imanente nas crises financeiras ao longo das últimas décadas, que são, de fato, manifestações das crises estruturais do capital.

Esperamos assim que as ideias apresentadas neste texto tenham apontado para as questões expostas em sua introdução e, mais importante, possibilite a reflexão crítica sobre a forma de funcionamento de nossa sociedade em que o capital financeiro assume um lugar importante.

Referências

- ALTVATER, Elmar. "O Capitalismo se organiza: o debate marxista desde a guerra mundial até a crise de 1929" In: HOBBSAWM, Eric. (Org.) **História do marxismo**. O marxismo na época da Terceira Internacional: o novo capitalismo, o imperialismo, o terceiro mundo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, v.8, 1987.
- BARAN, Paul A. **A Economia política do desenvolvimento**. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- BARAN, Paul A.; SWEEZY, Paul M. **Capitalismo Monopolista**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.
- BOTTOMORE, Tom. "Introdução à Edição Inglesa". In: HILFERDING, Rudolf. **O capital financeiro**. São Paulo: Nova Cultural, p. 09-24, 1985.
- BREWER, Anthony. **Marxist theories of imperialism: a critical survey**. 2. ed. Routledge, 2000.
- BUKHARIN, Nikolai I. **A Economia mundial e o imperialismo: esboço econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- BUKHARIN, Nikolai I. "Imperialismo e acumulação de capital" In: LUXEMBURG, Rosa; BUKAHRIN, Nikolai. **Imperialismo e acumulação de capital**. Lisboa: Edições 70, 1972.
- CALLINICOS, Alex. **Imperialism and global political economy**. Cambridge: Polity, 2009.
- CAMPOS, Fábio A. de "Imperialismo, formação econômica russa e Revolução de 1917", **Novos Rumos**, v.56, n.1, 2-19.
- CAMPOS, Fábio A. de.; SABADINI, Mauricio de S. "Hilferding e o Nexo Imperialista entre Capital Financeiro e Exportação de Capital" In:



- FUCIDJI, José Ricardo (Org.) **As Narrativas de Clio**: ensaios de interpretação histórica e metodológica. Curitiba: CRV / Campinas-SP: IE/Unicamp (Coleção Centros e Núcleos), 2021.
- CARCANHOLO, Reinado A. **Capital**: essência e aparência. São Paulo: Expressão Popular, cap. 5, 2013.
- CHESNAIS, François. **A Mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.
- DOBB, Maurice. **A Evolução do capitalismo**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- FONTES, Virgínia "Comentário: Kautsky e o imperialismo", **História & Luta de Classes**, n.6, 2008.
- GUILLÉN, Arturo. Claves para el análisis del capitalismo contemporáneo. **Revista Ola Financiera**, vol. 4, n. 8, p. 46-54, enero-abril 2011.
- HARVEY, David. **Os Limites do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.
- HILFERDING, Rudolf. **O capital financeiro**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- HILFERDING, Rudolf. "A democracia e a classe trabalhadora" In: TEIXEIRA, Aloísio (Org.) **Utópicos, heréticos e malditos**: os percussores do pensamento social de nossa época. Rio de Janeiro: Record, 2002a.
- HILFERDING, Rudolf. "A Economia organizada" In: TEIXEIRA, Aloísio (Org.) **Utópicos, heréticos e malditos**: os percussores do pensamento social de nossa época. Rio de Janeiro: Record, 2002b.
- HOBSON, John A. **A Evolução do capitalismo moderno**: um estudo da produção mecanizada. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- HOBSON, John A. **Estudio del imperialismo**. Madrid: Alianza Editorial, 1981.
- KAUTSKY, Karl. "Finance-Capital and Crises", **Social Democrat**, London, XIV, July, August, September, October, November and December 1911.< <https://www.marxists.org/archive/kautsky/1911/xx/finance.htm>>.
Acesso em 14/08/2021.
- KAUTSKY, Karl. "O Imperialismo e a guerra", **História & Luta de Classes**, n.6, 2008.
- KAUTSKY, Karl. "Ultra-imperialism", **Die Neue Zeit**, September 1914. <https://www.marxists.org/archive/kautsky/1914/09/ultra-imp.htm>.
Acesso em 14/08/2021.
- KEMP, Tom. **Teorier om imperialismen**. Stockholm: Rabén & Sjögren, 1972.
- KLAGSBRUNN, Vitor H. Considerações sobre a categoria dinheiro de crédito. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 13, n. 2, p. 592-615, 1992.
- LENIN, Vladimir I. **O Imperialismo**: fase superior do capitalismo. São Paulo: Global, 1979.
- LENIN, Vladimir I. **Obras completas**: cuadernos sobre el imperialismo. Moscú, Editorial Progreso, tomo 28, 1986.
- LUKÁCS, György. **História e consciência de classe**: estudos sobre a dialética marxista. São Paulo: Martins Fontes, 2003.



- LUKÁCS, György. **Lenin**: um estudo sobre a unidade de seu pensamento. São Paulo: Boitempo, 2012.
- LUPATINI, Márcio P. **O Capital em sua plenitude**: alguns dos traços principais do período contemporâneo. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2015.
- LUPATINI, Márcio P. Sobre o “capital financeiro” e algumas interpretações. In: **Anais do XII Congresso Brasileiro de História Econômica e 13ª Conferência Internacional de História de Empresas**. Niterói (RJ), UFF/ABHPE, 2017.
- LUXEMBURG, Rosa **A Acumulação do capital**: contribuição ao estudo econômico do imperialismo. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- MAGDOFF, Harry. **A Era do imperialismo**: a economia norte-americana. Lisboa: Portucalense, 1972.
- MARIUTTI, Eduardo B. **Violência e Imperialismo**: as interpretações de Rosa Luxemburgo e John Hobson e suas implicações para o debate contemporâneo sobre o imperialismo. 2016. Tese (Livre-Docência) – Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas.
- MARIUTTI, Eduardo B. “John Hobson: liberalismo, imperialismo e reforma social”, **Texto para Discussão** (IE-Unicamp), n. 408, 2021.
- MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. São Paulo: Abril Cultural, Livro II, 1984.
- MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política: Livro III: o processo global da produção capitalista. São Paulo: Boitempo, 2017.
- PEREIRA, Vinícius V. **“As primeiras preocupações com a periferia do sistema capitalista nas teses do imperialismo de Kautsky e Bukharin”**, Nova Economia, v.27 n.2, 2017.
- PINTO, Nelson Prado A. **O capital financeiro na economia contemporânea**: uma revisão teórica e histórica de seu papel no desenvolvimento recente dos Estados Unidos. Tese (Doutorado em Economia) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas (SP), 1994.
- SABADINI, Mauricio de S. O capital fictício e suas formas: lucros de fundador, diferencial e fictício. In: GOMES, Helder (Org.). **Especulação e lucros fictícios**: formas parasitárias da acumulação contemporânea. São Paulo: Outras Expressões, p. 161-204, 2015a.
- SABADINI, Mauricio de S. Sobre o conceito de capital financeiro. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 15, n. 30, pp. 71-92, jul./dez. 2015b.
- SABADINI, Mauricio de S. A (crítica) da economia política, o capital fictício e os lucros fictícios. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política** (SEP), no 59, edição especial, p. 175-202, mai-jun 2021.



- SAMPAIO Jr., Plínio S. de A. "Por que voltar a Lênin? Imperialismo, barbárie e revolução. – Apresentação" In: LENIN, Vladimir I. **O Imperialismo: etapa superior do capitalismo**. Campinas-SP, FE-Unicamp (Navegando publicações), 2011.
- SMALDONE, William. **Rudolf Hilferding and the theoretical foundations of German Social Democracy (1902-1933)**. Central European History, vol. 21, no 3, p. 267-299, sep. 1988.
- SWEEZY, Paul. **Teoria do desenvolvimento capitalista: princípios de economia política marxista**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- TARBUCK, Kenneth J. "Notas biográficas" In: LUXEMBURG, Rosa; BUKAHRIN Nicolai I. **Imperialismo e acumulação de capital**. Lisboa: Edições 70, 1972.
- TAVARES, Maria da C.; BELLUZZO, Luiz G. de M. "Capital financeiro e empresa multinacional" In: BELLUZZO, Luiz G. de M. **Os Antecedentes da tormenta: origens da crise global**. São Paulo: UNESP; Campinas-SP: FACAMP, 2009.

Recebido em 23 set. 2021 | aceite em 08 dez. 2021.

